



Autonomia sob ataque



GUSTAVO DIEHL/SECOM

João Carlos Salles Presidente da Andifes afirma que proposta de mudança na escolha de reitores desrespeita a vontade das comunidades

Fernanda da Costa

Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2014, João Carlos Salles assumiu em julho do ano passado o desafio de presidir a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em entrevista ao JU, Salles falou sobre autonomia universitária, o Future-se e a Medida Provisória (MP) 914, que altera o processo de escolha dos reitores. Segundo ele, o fato de ter sido editada na véspera da Natal acentua um abuso legislativo. “Como existe legislação prévia e, aliás, não há qualquer eleição prevista nas universidades federais no período de vigência da medida, não há urgência nem relevância que justifiquem o recurso a tal expediente, que, assim, serve apenas para limitar um debate a ser desenvolvido no Congresso Nacional”, afirmou.

Quais as principais mudanças determinadas pela MP e qual o impacto delas nas universidades?

Devemos destacar que temos convivido ao longo dos anos com um procedimento anômalo, se consideramos a autonomia constitucional concedida às universidades. A elaboração de uma lista tríplice significa, afinal, que o processo não se encerra na própria instituição, a escolha

é dependente de uma vontade estranha à comunidade. Se convivemos com tal expediente por tanto tempo, isso se devia ao fato de que a vontade da comunidade estava sendo respeitada e sempre se nomeava o candidato mais votado. Ora, esse pacto acabou. Em 2019, quase metade dos nomeados não estava na primeira posição na lista. Agora, de modo mais grave, a Medida Provisória quer facilitar a indicação de nomes que não são os mais representativos, e faz isso procedendo a um desvio de finalidade na consulta realizada na comunidade. Faz parecer democrático algo que deixa de representar a vontade da maioria. Essa mudança no papel da consulta volta-se contra a vontade da comunidade. Tanto é assim que foi retirada dos Institutos Federais a prerrogativa que eles tinham de indicar um único nome.

Agora, para universidades e institutos, a consulta se torna formal e obrigatória, mas não para indicar um único nome. Mais ainda, um reitor eventualmente nomeado sem a devida representatividade passa agora a contar com poderes maiores para suprimir a vontade da comunidade e se impor, pois não precisa realizar consulta para a escolha de diretores e do vice-reitor, o que diminui a participação democrática da comunidade na definição das posições dirigentes. Outra

mudança é tornar obrigatória a proporção de 70% para docentes, com 15% para técnicos e 15% para estudantes.

“Em 2019, quase metade dos nomeados não estava na primeira posição na lista. Agora, de modo mais grave, a Medida Provisória quer facilitar a indicação de nomes que não são os mais representativos.”

Essa proporção é praticada em algumas universidades, com razões aceitas pela comunidade da instituição. Porém, em outras universidades (creio que na maioria), pratica-se a paridade no peso das categorias. O retrocesso está em que, nesse caso, a instituição deixa de poder decidir, com sua história, sua

experiência e suas razões, qual o peso que julga mais adequado.

O senhor foi eleito presidente da Andifes em julho do ano passado, momento em que o governo tem atacado as universidades públicas e questionado pesquisas científicas, inclusive com o corte de verbas. Como planeja atuar na entidade diante desse cenário?

Diante de um cenário atípico, inusitado e sem precedentes como esse, nós precisamos, por um lado, melhorar a nossa relação com a sociedade, comunicar melhor nossas pesquisas e mostrar o que fazemos, enfim, o que a universidade é.

Por outro lado, precisamos reagir com precisão, sem nos levar por qualquer motivação política, mas, sim, com uma motivação objetiva de defesa do conhecimento produzido, da qualidade das nossas instituições e da integridade dos gestores. E, claro, reagir a ataques que parecem significar uma vontade de desmonte das universidades.

Este é o pior momento desde a redemocratização?

É o momento mais forte de manifestações de hostilidade e de incompreensão da vida universitária, de retrocesso em relação àquilo que a universidade representa. É um momento negativamente singular.

Antes de publicar a MP, o governo já tinha nomeado seis reitores com poucos votos ou até mesmo fora da lista tríplice. Como isso impacta na autonomia dessas universidades?

Até o momento, temos sim um número significativo de reitores nomeados não sendo respeitada a primeira colocação da lista; mas, tirando um caso sub judice, o governo tem exercido a prerrogativa legal de escolher um dos nomes da lista. A pergunta é: isso é correto? Isso se justifica? Parece duplamente incorreto. Primeiro, porque retira a autonomia da universidade, considerando assim que as comunidades são imaturas. A autonomia é o exercício de uma mente coletiva esclarecida que escolheu um dirigente. Desrespeitar isso é tornar uma comunidade inepta. Não é desrespeitar A, B ou C que esteja na lista, mas rebaixar a comunidade da universidade. Segundo, nós podemos considerar que essas medidas são de má gestão, porque escolher alguém que não está em sintonia com a comunidade é, certamente, provocar dissabores. É escolher alguém que não conhece o bastante, que não tem o diálogo mais bem elaborado com a comunidade. Não parece ser um acerto administrativo, é mais uma preferência política e, com isso, uma injunção na vida das universidades.

Em agosto, como reitor da UFBA, o senhor apoiou a decisão do conselho universitário de rejeitar o Future-se. Quais os pontos mais críticos dessa proposta?

No caso da UFBA, nós fizemos um debate paciente em todas as nossas unidades e houve uma rejeição unânime. Há vários motivos de preocupação em relação à autonomia da universidade no projeto, como a obscuridade de certos pontos sobre o comitê gestor, a figura do contrato de desempenho e a renúncia, de certa forma, da própria gestão de contratos pela universidade. A natureza dos fundos também foi pouco definida e pouco estudada, talvez lançando mão do patrimônio das próprias instituições para amparar uma possível ampliação do orçamento. Foi uma rejeição muito bem pensada, que combate também algo que estaria implícito, que é a ideia de que o Estado deva renunciar a seu compromisso de financiamento público do ensino superior.

ufrgs.br/jornal

Íntegra da entrevista com João Carlos Salles